

# Governo reativa luta para negociar dívida

O envio de nova missão técnica ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para explicar o Decreto-lei 2.064 e a realização, amanhã, da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) eram ontem assuntos pendentes no Banco Central. Mas esta semana será mesmo de intensas negociações internas e externas: hoje deverão chegar os membros do subcomitê de crédito comercial do Comitê de Assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira, chefiados por Thomas Hune, do Chase Manhattan Bank, de Nova Iorque.

Na última quinta-feira, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República enviou, por telex, o texto do novo Decreto-lei que substituiu o 2.045 e a exposição de motivos do ministro Delfim Netto. Através do diretor brasileiro no FMI, Alexandre Kafka, o 2.064 e suas razões chegaram às mãos dos dirigentes do organismo. De acordo com a recepção do FMI ao novo decreto, o ministro do Planejamento poderá determinar amanhã ou na quinta-feira a ida de uma nova missão chefiada pelo superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), José Augusto Arantes Savazini.

Enquanto o Governo brasileiro espera dos banqueiros internacionais a resposta ao pedido do novo jumbo de US\$ 6,5 bilhões e de rolagem da parcela de US\$ 5,5 bilhões de dívida a vencer em 1984 e também aguarda o parecer favorável do FMI ao 2.064, o presidente do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, vice-presidente do Citibank decidiu enviar ao Brasil o subcomitê de crédito comercial, integrado por técnicos do Chase, Bank of America, Deutsche Bank e Lloyds Bank International.

O Banco Central admitiu para hoje ou amanhã a presença dos melhores do subcomitê dos credores externos. No Banco Central, o único contato da missão já estabelecido será amanhã com o chefe do departa-



Savasini poderá chefiar uma nova missão ao FMI

mento de operações internacionais. Carlos Eduardo de Freitas, mas os técnicos dos bancos internacionais também deverão conversar com o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Carlos Vlaccava, esperado ontem à noite em Brasília.

Os representantes dos banqueiros examinarão o volume de compromissos comerciais do Brasil em atraso e os seus efeitos sobre o ajuste proposto pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, nas contas externas do próximo ano. Fonte do setor financeiro informou que há atrasos desde julho, anteriores à vigência da centralização cambial em vigor a partir de 1º de agosto. Por enquanto, o Banco Central dá prioridade à liquidação dos compromissos com os países da América Latina, no âmbito dos convênios de créditos recíprocos.

Alguns técnicos do Ministério da Fazenda endossam a posição do ex-ministro Mário Henrique Simonsen contrária ao 2.064, em razão de suas características inflacionárias e recessivas. Porém, no Banco Central,

os técnicos manifestam, em termos formais, a convicção de que o FMI aprovará a substituição do 2.045 pelo 2.064. Essas fontes do Banco Central argumentam que os dois Decretos-leis apresentam os mesmos objetivos econômicos.

A edição do Decreto-lei em tom mais polêmico deixou em suspense a reunião do CMN. Pelo caráter abrangente do 2.064, o Governo teria poucas estar à espera da evolução das negociações com a classe política antes de discutir com o setor empresarial.

Entre os poucos votos encaminhados pelo Banco Central para inclusão na pauta do CMN está a definição de novas regras para os bancos comerciais utilizarem a parcela de 5% do recolhimento sobre os depósitos à vista na aquisição de debêntures emitidas por empresas optantes pela transformação de débitos bancários em papéis de longo prazo. O Banco Central recebeu pedido de conversão de dívidas em debêntures acima do previsto e quer agora definir critérios mais rígidos para essa opção.